



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

**ÓRGÃO GERENCIADOR:**

**Secretário Municipal de Obras e Serviços  
Públicos**

**ÓRGÃO PARTICIPANTE:**

**Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**

**ÓRGÃO PARTICIPANTE:**

**Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**

O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade atender o disposto na legislação vigente concerning às contratações públicas, em especial ao Art. 37, inciso XXI da CF/88 e aos dispositivos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como, normatizar, disciplinar e definir os parâmetros para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para construção de capelas mortuárias, nas localidades de Visconde de Imbé, Barra dos Passos e Dr. Elias, em atendimento em conjunto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e a Gestão Municipal de Convênios e Contratos.

#### 01 – DO OBJETO

01 - Constitui-se objeto desta licitação a contratação de empresa para a construção das capelas mortuárias nas localidades de Visconde de Imbé, Dr. Elias e Barra dos Passos.

#### 02 – DA JUSTIFICATIVA / DA FINALIDADE

02.1 - A justificativa para elaboração desta licitação é baseada na necessidade da construção das capelas mortuárias, visto que as localidades de Visconde de Imbé, Dr. Elias e Barra dos Passos não possuem capela mortuária.

#### 03 – DO LOCAL (DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS)

A licitante vencedora deverá realizar os serviços das construções das capelas mortuárias em Dr. Elias e Barra dos Passos.

#### 04 – VALOR ESTIMADO

**4.1 –Segue em anexo planilha orçamentária.**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**



**RESPONSÁVEL PELO ORÇAMENTO: ALEIR DA SILVA MUNIZ – ENGENHEIRO CIVIL – CREA 2004103960**

**4.2**—O valor estimado deste termo é de **R\$ 549.538,38 (quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito reais, e trinta e oito centavos)**, sendo que constitui mera previsão dimensionada, não estando a Gestão obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo à Licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação pelo não uso total do valor registrado.

**05 – DA FISCALIZAÇÃO**

**5.1** – O regime de execução é indireto, nos termos do Inciso VIII do Art. 6º da Lei de Licitações, sendo a fiscalização do serviço deste termo, ficará a cargo do titular do setor de gestão municipal de convênios e contratos requisitante, que promoverá o acompanhamento da execução, bem como, a aceitação dos mesmos.

**5.2** –A fiscalização da execução de todas as fases e etapas dos serviços se incumbirá através da Gestão Municipal de Convênios e Contratos sendo o fiscal de obra o Engenheiro Civil *Aleir da Silva Muniz – Crea 2004103960*, ficando responsável pelo teor, a qualidade dos materiais e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias e como fiscal de contratos \_\_\_\_\_ – MATRÍCULA \_\_\_\_\_.

**5.3** – Em nível de acompanhamento, deverão ser procedidas reuniões periódicas na medida em que as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos e ou entrega de bens assim exigirem.

**06 – DO PERÍODO DA EXECUÇÃO**

**6.1** –O período imediato para execução do objeto deste Termo de Referência/Projeto Básico deverá ser de **04 (quatro) meses**, conforme cronograma físico-financeiro constante no mesmo, iniciando-se a contagem no dia seguinte do recebimento, pela adjudicatária, da **Ordem de Serviço** para o Início da Execução Contratual.

**07 – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO**

**7.1**-Empenho global, com pagamento mediante cronograma de desembolso e o boletim de medição dos serviços realizados e aceitos pela fiscalização. A contratada deverá apresentar a guia de ART ou RRT e seu recolhimento no início da obra e o diário de obras atualizado para a efetuação das medições. Cada medição pleiteada deverá ser obrigatoriamente entregue ao fiscal designado, para análise e aprovação prévia com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista; para posterior emissão da medição aprovada e da nota fiscal para faturamento.

O pagamento será efetuado conforme as medições, devendo esse ser acompanhado da respectiva nota fiscal e/ou fatura devidamente certificada pelo responsável legal (secretário, diretor ou chefe de unidade), juntamente com a apresentação das certidões negativas de INSS, Regularidade do FGTS e CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**



**7.2-** Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.

**7.3 -** Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

**7.4 –** Caberá a Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ) a averiguação da disponibilidade financeira para efetuar o pagamento.

**7.5 –** A licitante que vier a ser contratada, deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva em parcelas estimadas conforme disposto no Cronograma Físico-Financeiro, relativa ao período de adimplemento de cada parcela.

**7.6 –** Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos direcionados a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES – CNPJ nº 29.115.441/0001-10**, endereço Praça Waldemar Magalhães nº 01 – Centro – Trajano de Moraes RJ.

## **08 – DO CUSTO ESTIMADO / DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**

**8.1 –** O preço ESTIMADO pela Administração para a execução do objeto é no valor de **R\$ 549.538,38 (quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito reais, e trinta e oito centavos)**, no período da execução, sendo o valor de 3 capelas mortuárias

**8.2 –**Para a composição do valor foi utilizada a Metodologia de Cálculo, conforme demonstrada na tabela em anexo.

**8.3 –**Os valores estão fundamentados pela Tabela EMOP.

## **9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1 –**Comunicar à licitante vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

**9.2 –**Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues ou executados fora da especificação deste Termo de Referência.

**9.3 –**Providenciar a **aceitação provisória** do objeto deste Termo de Referência, em até **15 (quinze) dias**, contados da data do recebimento, pela administração pública, da comunicação do adjudicatário, informando o término ou conclusão do objeto, podendo ser dispensado nos termos do artigo 74 da Lei Federal 8.666/93.

**9.4 –** Providenciar a **aceitação definitiva** do objeto deste Termo de Referência, em até **90 (noventa) dias**, contados da data da aceitação provisória emitida pela administração pública.

## **10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**



**10.1** – Comunicar a administração todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços;

**10.2** – Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos integrantes, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça;

**10.3** – Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;

**10.4** – É de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações;

**10.5** – Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, se é ou não optante pelo Simples Nacional e em qual anexo a mesma se enquadra, para fins de aplicação de alíquota do ISS e IRRF prevista na Legislação Tributária Federal. Caso contrário, será atribuída a alíquota correspondente prevista no Código Tributário Municipal, assim como as alíquotas de 1% ou 1,5% a título de IRRF.

## **11 - DAS PENALIDADES**

As penalidades sujeitas à licitante vencedora inadimplente:

**11.1** - Em caso de atraso na entrega do material objeto do presente Termo de Referência, nos dias, local e horário estipulado pela Secretaria será aplicada a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia por atraso injustificado, até o limite de 10% a ser calculada sobre o valor total do contrato;

**11.2** - Não se aplica a multa referida no item 10.1, em casos fortuitos ou de força maior, condicionado a contratada a apresentar justificativa por escrito em até 24 (vinte e quatro) horas antes do fornecimento do material ou serviço.

**11.3** - Na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será deduzido da importância a ser paga à empresa licitante contratada;

**11.4** - Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto do contrato poderá a Administração Municipal, garantida prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

I. Advertência;

III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo de até 2 (dois) anos;

**11.5** - A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual;

**11.6** - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma prevista da lei;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**



**11.7** - As penalidades previstas neste tópico não excluem outras decorrentes na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**12 – DO EDITAL/ CONVITE DA LICITAÇÃO (se for o caso)**

**12.1** – Os itens do Edital ou Convite da Licitação serão aplicados de acordo com a Comissão Permanente de Licitação, Procuradoria Geral do Município e a equipe Gestora do Pedido, bem como o presente Termo de Referência.

**13– DO CONTRATO / DO ADITAMENTO DO CONTRATO**

**13.1** – As cláusulas contratuais obedecerão às disposições legais, bem como poderão atribuir outras cláusulas de acordo com o Gestor do Pedido, Coordenadoria de Controle de Contrato e Procuradoria Geral do Município e o objeto empregado, para fins de efetividade e legalidade, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 065/2017.

**13.2** – Dar-se-á rescisão contratual das partes nos termos da aplicação do **Artigo 77, 78, 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93**.

**13.3** – O Gestor do Pedido poderá solicitar ao Ordenador de Despesa **ADITAMENTO CONTRATUAL** nos termos do **art. 57, 65 e 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93**.

**14 – DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO)**

**14.1** – Fazem parte integrante do presente Termo, como se aqui estivessem transcritos os anexos abaixo:

A – Memo. com Solicitação

B – Termo de Referência (Construção das Capelas Mortuárias)

C – Memória de Cálculo

D – Planilha Orçamentária

E – Cronograma Físico Financeiro

F – Projeto Arquitetônico Básico

**15 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As empresas licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência;

Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei nº. 8.666/93.

**João Alves Nogueira**  
**Secretário Municipal de Educação**